cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.07.11 06:43:17 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 11 de julho de 2023 • Nº 1598 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

ELETROS

Venda de eletroeletrônicos cresce mesmo com juro alto

As vendas da indústria de eletroeletrônicos para o varejo brasileiro cresceram 13% no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pela Eletros (associação do setor que representa marcas como Samsung, LG e Philips) ontem. Foram mais de 44 milhões de unidades comercializadas de janeiro a junho. Para Jorge Nascimento, presidente-executivo da entidade, o resultado pode ser uma sinalização da retomada da economia. Ainda é cedo, porém, para apostar na melhora, que vai depender dos números dos próximos meses, diz ele. "Alguns setores estão apontando queda, mas, como nossos produtos são de consumo, somos os primeiros a apresentar recuperação quando a economia melhora, assim como somos os primeiros a sentir quando ela começa a cair", afirma. PÁGINA 2

TESOURO DIRETO

Título para aposentadoria supera R$ 1 bi em estoque

Lançado no fim de janeiro como instrumento para complementar a aposentadoria, o título Tesouro Renda+ Aposentadoria Extra (RendA+) tem R$ 1,033 bi em estoque entre os investidores, divulgou ontem o Tesouro Nacional. Nos 5 primeiros meses de operação, as compras somaram R$ 870,9 milhões. A diferença entre esse valor e o estoque superior a R$ 1 bilhão deve-se ao rendimento desses títulos no mercado financeiro. Mais de 52 mil investidores compraram o RendA+, dos quais 24% (12,3 mil) entraram no Tesouro Direto exclusivamente por causa dos novos papéis. Cada investidor tem, em média, R$ 1 mil em títulos. Segundo o Tesouro Nacional, os papéis preferidos pelos investidores até 3 de julho foram os títulos com vencimento em 2030, o mais curto, com R$ 374,3 milhões em compras liquidadas (36% do total). Em seguida, vêm os papéis com vencimento em 2035, com R$ 192,1 milhões (19% do total). PÁGINA 2

PANDEMIA

TÂNIA RÊGO/ABRASIL

Gilmar retoma investigação sobre omissão de Bolsonaro

O ministro Gilmar Mendes (**foto**), do STF (Supremo Tribunal Federal), anulou uma decisão da Justiça Federal no Distrito Federal que arquivou parte de uma investigação sobre suspeitas de irregularidades e omissões cometidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e por integrantes da sua gestão durante a pandemia da Covid-19. São alvos da investigação, além de Bolsonaro, o ex-ministro da Saúde e deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), o ex-número dois da Saúde coronel Elcio Franco, o ex-secretário de Comunicação da Presidência Fabio Wajngarten e Mayra Pinheiro, a "capitã cloroquina", ex-secretária do Ministério da Saúde. PÁGINA 3

BC/Focus

Mercado prevê inflação de 4,95% para este ano

O mercado financeiro reduziu a previsão da inflação para este ano pela oitava vez. Segundo projeção do Boletim Focus, divulgada ontem pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar este ano em 4,95%. Há uma semana, a projeção do mercado era de que a inflação este ano ficasse em 4,98%%. Há quatro semanas, a previsão era de 5,42%. A projeção continua acima da meta de inflação para este ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), definida em 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Dessa forma, a meta será considerada formalmente cumprida se oscilar entre 1,75% e 4,75%. Para 2024, a projeção é de que o IPCA fique em 3,92%. Para alcançar a meta de inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). PÁGINA 2

TRAFICANTE

Ministro aciona PF contra Eduardo por ataque estúpido a professores

REPRODUÇÃO YOUTUBE

O ministro da Justiça, Flávio Dino (**foto**), afirmou ontem ter determinado que a Polícia Federal apure os discursos de domingo passado em um ato armamentista em Brasília, do qual participou o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP). "Objetivo é identificar indícios de eventuais crimes, notadamente incitações ou apologias a atos criminosos", escreveu Dino nas redes sociais. Eduardo Bolsonaro, na ocasião, chegou a comparar "professores doutrinadores" a traficantes de drogas. "Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime. PÁGINA 3

BAIXADA

Dono de clínica é preso por maus-tratos a idosos

A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Nova Iguaçu do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), na Baixada Fluminense, cumpriu, na manhã desta segunda-feira, 96 mandados de remoção dos internados/ acolhidos do Centro de Tratamento Ribeiro, localizado na cidade. O MPRJ interditou a clínica de idosos e de reabilitação e prendeu em flagrante, por maus-tratos e cárcere privado, Edmilson Messias Ribeiro Júnior, dono do centro. Ele foi levado para a 52ª DP, em Nova Iguaçu. De acordo com o MPRJ, os internados e acolhidos no local foram encaminhados para um espaço indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: -0,8% / 117.942,44 / -955,55 / Volume: R$ 18.178.307.012 / Negócios: 2.995.005

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
AZUL PN N2	19.92	+3.11	+0.60
RAIZEN PN N2	4.240	+0.95	+0.040
AMBEV S/A ON	15.01	+1.08	+0.16
P.ACUCAR-CBDON NM	22.34	+0.90	+0.20
PETRORIO ON NM	39.49	+0.36	+0.14

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
LOJAS RENNERON NM	19.10	–6.46	–1.32
VIA ON NM	2.04	–3.77	–0.08
MAGAZ LUIZA ON NM	3.05	–4.09	–0.13
SID NACIONALON	12.30	–3.30	–0.42
BRF SA ON NM	9.88	–1.98	–0.20

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	64.46	–1.53	–1.00
PETROBRAS PN N2	29.55	+0.17	+0.05
LOJAS RENNERON NM	19.10	–6.46	–1.32
AMBEV S/A ON	15.01	+1.08	+0.16
BRASIL ON NM	49.04	–1.84	–0.92

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.944,4	+0,62
NASDAQ Composite	13.685,481	+0,18
Euro STOXX 50	4.255,04	+0,45
CAC 40	7.143,69	+0,45
FTSE 100	7.273,79	+0,23
DAX 30	15.673,16	+0,45

Salário mínimo	R$ 1.320,00	IGP-M	-1,93% (jun.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA 5	-0,09% (jun.)	Compra: 5,4006	Venda: 5,5806
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(21/06)	13,75%	0,31	até o dia 10/jul.	Compra: 4,8729	Venda: 4,8735
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(11/7)	0,66%	BM&F/grama	R$ 298,60	Compra: 4,8813	Venda: 4,8819
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(07/2023)	0,1581%	Compra: 5,3680	Venda: 5,3686	Compra: 4,8820	Venda: 5,0620

Economia

MERCADOS

Bovespa tem queda pressionada por Vale e varejo; dólar sobe

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou queda de 0,8% ontem, fechando o dia em 117.942 pontos, sob pressão de ações da Vale e de empresas do setor de varejo.

Já o dólar voltou a subir frente ao real, num dia marcado por ajustes e com investidores repercutindo declarações de autoridades do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) e dados sobre a economia chinesa. A moeda americana teve alta de 0,32% no dia, cotada a R$ 4,882.

Os juros futuros no Brasil registram alta ontem. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 iam de 12,78% para 12,83%, enquanto os para 2025 subiam de 12,69% para 12,78%.

O setor de varejo também registrou queda e puxou o Índice Bovespa (Ibovespa) para baixo. O índice Icon, que mede o desempenho das empresas de consumo da Bolsa brasileira, caiu 0,94% no dia.

O tombo do varejo foi liderado pela Renner, que fechou em queda de 6,46%. Desempenhos negativos de Via e Magazine Luiza, que caíram 4,24% e 3,77%, respectivamente, fizeram pressão adicional, com as duas figurando entre as maiores perdas da sessão.

Na outra ponta, a Petrobras aliviou a queda do Ibovespa, registrando alta de 0,17% em seus papéis preferenciais.

A Ambev também subiu e ficou entre as mais negociadas da sessão, com ganho de 0,6% em dia de recuperação após acumular queda de 3,6% na semana passada.

Nesse cenário, os principais índices de ações dos Estados Unidos tiveram alta. O Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq subiram 0,62%, 024% e 0,18%, respectivamente.

ELETROS

Venda de eletroeletrônicos cresce mesmo com juro alto

As vendas da indústria de eletroeletrônicos para o varejo brasileiro cresceram 13% no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo dados divulgados pela Eletros (associação do setor que representa marcas como Samsung, LG e Philips) ontem. Foram mais de 44 milhões de unidades comercializadas de janeiro a junho.

Para Jorge Nascimento, presidente-executivo da entidade, o resultado pode ser uma sinalização da retomada da economia. Ainda é cedo, porém, para apostar na melhora, que vai depender dos números dos próximos meses, diz ele.

"Alguns setores estão apontando queda, mas, como nossos produtos são de consumo, somos os primeiros a apresentar recuperação quando a economia melhora, assim como somos os primeiros a sentir quando ela começa a cair", afirma.

A reposição dos estoques também pode explicar o aumento nas vendas, segundo Nascimento. Ele afirma que os produtos estavam acumulados no varejo no fim do ano passado, antes de datas como Natal e Dia das Mães.

"A gente pode acreditar que, nos dois primeiros meses, teve uma reposição de estoque do varejo. Mas a gente só vai saber para agosto ou setembro se esse crescimento é sustentável ou se ele é mais pontual."

Apesar do cenário positivo no começo do ano, o setor ainda não retomou o patamar pré-pandemia e tem como obstáculo o juro alto. As altas parcelas de produtos maiores e mais caros, como geladeiras e fogões, podem inibir o consumidor, explica ele.

"O nosso setor viveu, nesses últimos 18 meses, uma forte crise de retração de consumo. Produto tinha, lançamento tinha, mas a população não comprava", diz.

A insegurança é refletida, por exemplo, em eletrodomésticos da linha branca. Com mais timidez, o segmento -cujos carros-chefes são a geladeira, o fogão e a máquina de lavar- avançou somente 4% nos primeiros seis meses do ano, com cerca de 6,3 milhões de unidades vendidas.

Entre os portáteis, o crescimento foi de 13% na comparação com o primeiro semestre do ano passado. Foram quase 31 milhões de produtos comercializados de janeiro a junho, segundo o levantamento. O chamariz da vez foi a air fryer, que apresentou aumento de 85% nas vendas em relação a 2022.

Ainda segundo a pesquisa, as vendas de ar-condicionado cresceram 16% na mesma base comparativa, com 1,48 milhão de unidades comercializadas. A Eletros atribui o desempenho ao efeito do El Niño, fenômeno caracterizado pelo aquecimento acima da média no oceano Pacífico.

BC/Focus

Mercado prevê inflação de 4,95% para 2023 e crescimento de 2,19%

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O mercado financeiro reduziu a previsão da inflação para este ano pela oitava vez. Segundo projeção do Boletim Focus, divulgada ontem pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar este ano em 4,95%. Há uma semana, a projeção do mercado era de que a inflação este ano ficasse em 4,98%%. Há quatro semanas, a previsão era de 5,42%.

A projeção continua acima da meta de inflação para este ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), definida em 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Dessa forma, a meta será considerada formalmente cumprida se oscilar entre 1,75% e 4,75%. Para 2024, a projeção é de que o IPCA fique em 3,92%.

Para alcançar a meta de inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

A próxima reunião do Copom está marcada para o início do mês de agosto. Para o mercado financeiro, a expectativa é que haja uma diminuição na taxa. A projeção do Focus aponta que a Selic termine o ano em 12%. Já para 2024, a previsão é de que a taxa recue e termine o ano em 9,5%.

PIB

Em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), o Focus manteve a previsão da semana passada de crescimento de 2,19% para este ano. Para 2024, o boletim estimou o crescimento de 1,28%, a mesma da semana passada. Para 2025, a projeção é de um crescimento de 1,8%.

TESOURO DIRETO

Título para aposentadoria supera R$ 1 bi em estoque

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Lançado no fim de janeiro como instrumento para complementar a aposentadoria, o título Tesouro Renda+ Aposentadoria Extra (RendA+) tem R$ 1,033 bilhão em estoque entre os investidores, divulgou ontem o Tesouro Nacional.

Nos cinco primeiros meses de operação, as compras somaram R$ 870,9 milhões. A diferença entre esse valor e o estoque superior a R$ 1 bilhão deve-se ao rendimento desses títulos no mercado financeiro.

Mais de 52 mil investidores compraram o RendA+, dos quais 24% (12,3 mil) entraram no Tesouro Direto exclusivamente por causa dos novos papéis. Cada investidor tem, em média, R$ 1 mil em títulos.

Segundo o Tesouro Nacional, os papéis preferidos pelos investidores até 3 de julho foram os títulos com vencimento em 2030, o mais curto, com R$ 374,3 milhões em compras liquidadas (36% do total). Em seguida, vêm os papéis com vencimento em 2035, com R$ 192,1 milhões (19% do total), e com vencimento em 2065, o mais longo, com R$ 133,2 milhões (13% do total).

Na divisão por faixa etária, dois grupos se destacam: entre 25 e 39 anos (50% do número de investidores) e entre 40 e 59 anos (40% do total). Os investidores acima de 60 anos representam apenas 3%. Entre os mais jovens, o grupo de 19 a 24 anos é responsável por 6% e abaixo de 18 anos, por 2% do total de investidores do produto.

Na divisão por valor em estoque, em vez do número de investidores, a faixa entre 40 e 59 anos concentra 64% de todo o estoque do RendA+. No recorte por gênero, 64% dos títulos foram adquiridos por homens e 36% por mulheres.

Complemento

Com valor inicial de R$ 30, o RendA+ é oferecido pelo Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas pela internet. O papel permite que o investidor planeje uma data para a aposentadoria e receba uma renda extra mensal por 20 anos. O valor investido será corrigido mensalmente pela inflação mais uma taxa de juros que varia conforme as condições da economia, garantindo o poder de compra do investidor.

ABRACICLOS

Produção de motocicletas aumenta 13,9% no primeiro semestre de 2023

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A produção de motocicletas do Polo Industrial de Manaus chegou a 764.271 unidades no primeiro semestre de 2023, com aumento de 13,9% na comparação com o mesmo período do ano passado. Em junho, foram fabricadas 95.274 motocicletas, 6,3% a menos do que no mesmo mês de 2022. Os dados foram divulgados ontem pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

Segundo a associação, nos seis primeiros meses do ano, as vendas aumentaram 22,5% na comparação com o primeiro semestre de 2023, com o emplacamento de 780.070 motocicletas. No mês de junho, foram vendidas 140.387 motocicletas, com alta de 16,2% em relação ao mesmo mês do ano passado. A média diária de vendas em junho, que teve 21 dias úteis, foi de 6.685 unidades.

A categoria mais vendida no semestre foi a Street, com 408.942 unidades, atingindo 52,4% de participação no mercado. Em segundo lugar, ficou a Trail (145.364 motocicletas e 18,6% do mercado), seguida pela Motoneta (104.543 unidades e 13,4%).

O balanço mostrou ainda que foram licenciadas 114.816 motocicletas de baixa cilindrada em junho, o que corresponde a 81,8% do mercado. Os modelos de média cilindrada tiveram 21.120 unidades emplacadas (15% do mercado), enquanto os de alta cilindrada, 4.451 (3,2%)

REVISÃO DE PROJEÇÕES

Após registrar a melhor marca na produção de motocicletas no primeiro semestre desde 2014, a Abraciclo revisou as projeções para o ano de 2023. De acordo com a Abraciclo, a produção deve chegar a 1,56 milhão de unidades, representando um aumento de 10,4% na comparação com o ano passado.

Nota

SETOR CERVEJEIRO CRESCE QUASE 12% EM 2022

O setor cervejeiro no Brasil cresceu quase 12% no ano passado. Em todo o país, já são mais de 1.700 estabelecimentos. As informações fazem parte do anuário da cerveja, divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. O estado de São Paulo tem o maior número de cervejarias registradas (387), seguido pelo Rio Grande do Sul (310) e Minas Gerais (222). Atualmente, o Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo, atrás apenas da China e Estados Unidos. Neste ano, o volume de vendas no território nacional deve chegar a 16 bilhões de litros, 4,5% a mais em relação a 2022, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja. Segundo o presidente da entidade, a padronização de regras do setor contribuiu para esses resultados. Esse mercado cada vez mais profissionalizado não é a única vantagem da expansão do setor no Brasil. É que a cerveja gera emprego e renda na localidade em que é feita. Em todo o país, essa cadeia produtiva é responsável por dois milhões de vagas diretas e indiretas. Sem falar que, quanto menos a bebida viaja da fábrica ao consumidor, melhor a qualidade do produto. É o que explica Pedro Capozzi.

ROUBO

Tese da cassação de Deltan pode ser usada contra ex-diretores da Americanas

A Justiça pode, em tese, anular transferências de bens feitas por ex-diretores da Americanas em meio ao escândalo bilionário da empresa. E um dos caminhos para isso é semelhante ao da cassação do mandato de Deltan Dallagnol (Podemos-PR).

A discussão surge porque, no caso da Americanas, a Folha revelou que a ex-diretora Anna Christina Ramos Saicali transferiu para seu filho as quotas de uma empresa com patrimônio de R$ 13 milhões poucos dias antes do anúncio, feito pela varejista, de que havia inconsistências contábeis da ordem de R$ 20 bilhões no balanço.

O ex-presidente da Americanas, Miguel Gutierrez, fez algo parecido. Segundo a revista piauí, ele transferiu três imóveis para empresas de seus parentes e dele mesmo, no valor total de R$ 2,1 milhões, durante o processo de mudança no comando da varejista.

Ambos negam ilegalidade nessas iniciativas.

Segundo o advogado Fernando Neisser, se ficar comprovado que essas movimentações, ainda que legais, tenham se dado com o objetivo de blindar o patrimônio contra eventuais punições financeiras, é possível que a Justiça venha a anular as transferências.

"Poderia se configurar uma fraude à lei", diz o advogado do escritório Neisser & Bernardelli Advocacia.

Fraude à lei é uma figura jurídica caracterizada pela prática de uma conduta autorizada pela legislação, mas tomada com o objetivo de driblar alguma outra norma; dito de outra maneira, é uma forma de transgredir uma lei por meio do respeito a outra.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

PANDEMIA

Gilmar retoma investigação sobre omissão de Bolsonaro

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), anulou uma decisão da Justiça Federal no Distrito Federal que arquivou parte de uma investigação sobre suspeitas de irregularidades e omissões cometidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e por integrantes da sua gestão durante a pandemia da Covid-19.

Na decisão, que está em segredo de Justiça e à qual a reportagem teve acesso a trechos, Gilmar afirma que o arquivamento das investigações não poderia ter sido decidido pela Justiça Federal, mas sim pelo Supremo, já que parte dos alvos tinha foro especial.

São alvos da investigação, além de Bolsonaro, o ex-ministro da Saúde e deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), o ex-número dois da Saúde coronel Elcio Franco, o ex-secretário de Comunicação da Presidência Fabio Wajngarten e Mayra Pinheiro, a "capitã cloroquina", ex-secretária do Ministério da Saúde.

A apuração trata de suspeita da prática de crimes como epidemia com resultado morte, emprego irregular de verbas pública, prevaricação e comunicação falsa de crime.

Gilmar determinou que o procurador-geral da República, Augusto Aras, avalie se há ou não indícios de crimes nas condutas dos investigados.

A investigação foi aberta a partir das apurações feitas pela CPI da Covid no Senado. A decisão de Gilmar é do último dia 30, da véspera do recesso de julho do Judiciário.

Um dos argumentos do ministro é de que instâncias inferiores não podem decidir se arquivam parcialmente investigações sobre condutas potencialmente criminosas quando há pessoas com foro especial.

Uma procuradora da República, Marcia Brandão Zollinger, havia pedido à Justiça no ano passado o arquivamento parcial do caso porque entendeu que não havia elementos contra Pazuello, Elcio e Mayra. Como é praxe, o pedido do Ministério Público foi aceito.

Ela solicitou, à época, apenas o envio à PGR de investigação sobre Wajngarten "em razão da omissão em informar à população sobre medidas para diminuir as chances de contrair Covid-19 e da campanha institucional de nome 'O Brasil não pode parar'".

O relatório final da CPI da Covid pede o indiciamento de Wajngarten "em razão da sua omissão deliberada em praticar ato de ofício, qual seja, informar à população brasileira sobre como diminuir as chances de contrair a Covid-19, ao que tudo indica para satisfazer interesse pessoal".

"Entendemos que o ex-secretário de comunicações, Fabio Wajngarten, também deve ser investigado, já que, assim agindo, fez surgir fortes os indícios do crime de prevaricação", diz o relatório.

No ano passado, a vice-procuradora-geral, Lindôra Araújo, pediu ao Supremo o arquivamento das principais frentes de investigação decorrentes do trabalho da CPI da Covid, o que foi visto como uma vitória de Bolsonaro e o sepultamento da comissão parlamentar de inquérito.

A manifestação de Lindôra, apontada pela oposição como "testa de ferro" do procurador-geral da República, era a favor de livrar Bolsonaro de suas cinco principais acusações no relatório final da CPI. Entre elas, ser relacionado ao aumento de mortes na pandemia, além dos crimes de prevaricação, charlatanismo, uso irregular de verbas e infração de medidas sanitárias.

À época, em nota, a Procuradoria-Geral da República afirmou que as manifestações de Lindôra "estão devidamente motivadas" e "atendem a critérios técnicos e aos regramentos específicos que regulam o direito penal".

A PGR também reiterou que, "embora importantíssimo", o papel da CPI "tem caráter político", enquanto o Ministério Público age sob limites dos princípios jurídicos, "o que inclui o respeito ao devido processo legal".

Neste ano, tentando se cacifar para ter voz na sua sucessão, Aras antecipou em vídeos divulgados no YouTube a prestação de contas sobre o que considera ser seu legado, priorizando temas caros ao governo do presidente Lula (PT) e, ao mesmo tempo, buscando se afastar de seu alinhamento a Bolsonaro.

Ele rebateu críticas ao fato de não terem sido apresentadas denúncias a partir do relatório da CPI da Covid, após a Procuradoria concluir pela insuficiência de provas no material compartilhado pela comissão do Senado.

"O procurador-geral e todos os colegas que atuaram cumpriram rigorosamente com seus deveres", afirmou. "É preciso distinguir a retórica política do discurso jurídico."

Ele também disse que criou o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Covid-19 na PGR antes mesmo de a OMS (Organização Mundial da Saúde) "declarar o estado pandêmico" e que a atuação dessa equipe garantiu a liberação de recursos públicos para enfrentar os problemas enfrentados no Amazonas pela crise sanitária.

Bolsonaro sempre negou ter cometidos crimes na condução da crise sanitária e atribuiu as acusações da CPI da Covid a motivações políticas. Na campanha eleitoral de 2022, ele afirmou, entre outros pontos, que sua gestão comprou 500 milhões de doses de vacina.

EDUCAÇÃO

Tarcísio lança modelo de vestibular seriado para universidades

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou na tarde desta segunda-feira a criação do Provão Paulista, um novo modelo de seleção para ingresso nas universidades estaduais de São Paulo.

Conforme mostrou a Folha, o novo modelo, que terá o formato de vestibular seriado, foi proposto e desenvolvido pelos reitores da USP, Unicamp e Unesp.

O exame será aplicado a estudantes durante 1º, 2º e 3º anos do ensino médio em escolas públicas a partir deste ano. As notas obtidas nessas provas serão usadas para concorrer às vagas de graduação das universidades.

Segundo o governo estadual, cerca de 13 mil vagas já serão ofertadas neste ano -apenas cerca de 3.000 serão na USP, Unesp e Unicamp; o restante será disponibilizado pela Univesp (universidade virtual) e pelo Centro Paula Souza, de ensino técnico.

"Os jovens têm o sonho de entrar na universidade, porque esse é um passo importante para o ingresso no mercado de trabalho, para o sucesso profissional e autonomia financeira. Nós queremos tornar esse sonho possível", disse o governador.

Com o vestibular seriado, os reitores esperam que os alunos da rede estadual se sintam mais motivados a ao menos tentar ingressar no ensino superior. Em 2022, menos de 18% dos concluintes de escolas públicas paulistas se inscreveram para fazer os vestibulares dessas universidades.

Nota

FONTES DE CÉSIO-137 QUE HAVIAM SUMIDO EM MINAS SÃO ACHADAS EM EMPRESA DE SUCATA EM SP

Duas fontes radioativas de césio-137 que haviam desaparecido no dia 29 de junho da mineradora AMG Brasil em Nazareno, região sul de MG, foram encontradas ontem em uma empresa de sucatas em São Paulo. De acordo com a Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear), os próprios funcionários da empresa notificaram sobre o paradeiro. As fontes são utilizadas como medidores de densidade de minérios. A Polícia Civil de Minass afirmou que investigações estão em andamento para apurar como as fontes sumiram e quem as enviou até São Paulo.

TRAFICANTE

Dino aciona PF contra Eduardo por ataque estúpido a professores

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou ontem ter determinado que a Polícia Federal apure os discursos de domingo passado em um ato armamentista em Brasília, do qual participou o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP). "Objetivo é identificar indícios de eventuais crimes, notadamente incitações ou apologias a atos criminosos", escreveu Dino nas redes sociais.

Eduardo Bolsonaro, na ocasião, chegou a comparar "professores doutrinadores" a traficantes de drogas. "Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime. Talvez até o professor doutrinador seja ainda pior", disse.

Após a manifestação do ministro da Justiça ontem, o deputado, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, disse nas redes sociais que é alvo de perseguição política por parte do atual governo.

A fala sobre professores foi condenada por deputados. Guilherme Boulos (PSOL-SP) afirmou que vai entrar com uma representação contra Eduardo no Conselho de Ética da Câmara. "Esse insulto a todos os professores brasileiros não pode ficar impune", escreveu.

O discurso aconteceu em ato do grupo "Pró Armas", que defende a flexibilização do porte e da posse de armas para cidadãos comuns, na Esplanada dos Ministérios, próximo à sede do Congresso Nacional.

Ao tomar posse, o presidente Lula (PT) revogou uma série de decretos do antecessor, que facilitavam acesso a armas. CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) buscam hoje um entendimento com o governo para reverter as mudanças.

CASO DO VAL

Bolsonaro vai prestar novo depoimento à PF amanhã

O ex-presidente Jair Bolsonaro prestará novo depoimento na Polícia Federal amanhã, às 14h. Desta vez, ele será questionado no âmbito das investigações que envolvem o senador Marcos do Val (Podemos-ES). Será o quarto depoimento do ex-presidente à Polícia Federal. Desde que deixou a Presidência,

Bolsonaro já foi intimado depor sobre os atentados de 8 de janeiro, o caso das joias da Arábia Saudita e as fraudes no cartão de vacinação dele e de familiares. Aliado de Bolsonaro, do Val é alvo de um inquérito que apura tentativa de atrapalhar investigações contra o ex-presidente.

Do Val teria tentado envolver o ministro do STF Alexandre de Moraes em uma situação que impediria sua atuação nas investigações sobre os ataques ás sedes dos 3 Poderes. O senador integrava a CPMI que investiga a tentativa de golpe, mas está afastado. Logo na 1ª reunião da comissão, do Val protagonizou discussões e recebeu uma reprimenda do presidente da sessão.

CPI

Abin: influenciadores digitais incitaram e lucraram com 8/1

Relatórios produzidos pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) indicam que influenciadores digitais tiveram papel central na radicalização que levou à invasão das sedes dos três Poderes, além de terem faturado com os ataques golpistas de 8 de janeiro.

Os documentos foram entregues à CPI do 8 de janeiro e obtidos pela reportagem. A agência afirma que os influenciadores fortalecem narrativas; canalizam queixas e ressentimentos pessoais e coletivos em críticas políticas contra governos e instituições; estimulam a polarização; e incitam outras pessoas à violência.

"(Eles) auxiliam na criação de uma visão polarizada, que a partir dela a hostilidade é direcionada a um alvo cuja existência é considerada uma ameaça. Ainda que indivíduos com esse perfil geralmente não participem de ações com maior grau de violência, sua função é essencial para incitar outras pessoas a realizarem atos de extremismo violento", diz.

Um dos citados pela Abin é Adriano Luiz Ramos de Castro, participante da primeira edição do BBB (Big Brother Brasil). A agência afirma que ele esteve no acampamento golpista em frente ao Comando Militar de Salvador, invadiu a sede dos três Poderes e transmitiu ao vivo pelo YouTube.

Durante a live, ele parabenizou os invasores e justificou a violência como "resposta legítima" da sociedade contra os "desmandos" do STF (Supremo Tribunal Federal). O vídeo foi deletado, mas o canal dele não só continuou ativo como ganhou mais de mil inscritos após os atos golpistas.

O vereador de Planaltina de Goiás Genival Fagundes (PL) também transmitiu ao vivo e in loco via YouTube a invasão, de acordo com a agência. O canal foi desativado por ele, mas, segundo estimativas da Abin, faturou no mínimo R$ 135 mil.

"A transmissão rendeu dividendos pagos pela plataforma ao canal de Genival Fagundes, Política sem Curva. Enquanto transmitia, Fagundes narrava atos e exaltava os invasores, defendia a ação e orientava os participantes", descreve o relatório.

Já Elaine Helena Roque retransmitiu e comentou ao vivo em seu canal no YouTube os ataques de 8 de janeiro. O vídeo —já apagado— teve mais de 42 mil visualizações e recebeu dividendos pagos pelo YouTube, segundo a Abin.

"Enquanto comentava, defendeu a ruptura da ordem democrática e os atos de violência. Justificava as invasões e a alternativa violenta para política. Torcia para que a Polícia Militar e as Forças Armadas aderissem aos protestos", diz o documento.

"Além disso, celebrava sua constatação de que o Exército Brasileiro não evitaria as invasões e as manifestações de apoio por parte das forças policiais."

A invasão aos prédios do Supremo, do Congresso e do Palácio do Planalto foi transmitida em tempo real e organizada pelas redes sociais. Em outro documento entregue à CPI, a agência aponta para a participação de extremistas em grupos do Telegram.

Em um dos grupos, mensagens de apoio aos atos do 8 de janeiro foram trocadas desde o dia 4 anterior. Um dos homens identificados participa de 119 grupos do Telegram, entre eles o de um movimento extremista inspirado na Revolução Ucraniana de 2014, que levou à queda do governo eleito após manifestações violentas.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR ADAIR VENDRUSCOLO JÚNIOR

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 3ª (Terceira) Emissão da **Canal Companhia de Securitização**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente) e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores dos Titulares dos CRA ("AEI"), a ser realizada em 1ª (Primeira) Convocação, nos termos da Cláusula 12.1 e seguintes do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 3 de junho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no **dia 31 de julho de 2023, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60 e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, no que couber ("Resolução CVM 81"), sendo a AEI realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRA, para, nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração da Condição para Desembolso I (conforme definida nas CPR-Fs) prevista no item (vi) da Cláusula 3.3. das CPR-Fs, de modo, a, concomitantemente: a. excluir a obrigação de constituição de alienação fiduciária sobre o imóvel de matrícula nº 32.727 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lucas do Rio Verde/MT ("Imóvel a ser Substituído"); e b. ainda no âmbito do item (vi) da Cláusula 3.3 das CPR-Fs, aprovar a obrigação de constituição de alienação fiduciária sobre imóvel de matrícula 9.137 do Cartório de Registro de Imóveis de São José do Rio Claro/MT de titularidade do Sr. Evaldo Angelo Dalmaso e da Sra. Clarice Dalmaso ("Novo Imóvel" e "Nova Alienação Fiduciária", respectivamente), em substituição à obrigação de constituição sobre matrícula referida no item (i), subitem (a), acima; (ii) tendo em vista o previsto o previsto no item (i) acima, aprovar a alteração da redação do item (vi) da Cláusula 3.3. das CPR-Fs para: *"(vi) a apresentação de comprovantes formais atestando que o Contrato de Alienação Fiduciária foi devidamente registrado, em caráter definitivo e em forma e substância aceitáveis ao Credor, a seu exclusivo critério, junto às matrículas nºs 12.261, 37.068 e 9.137, registradas, conforme aplicável, junto ao Cartório de Registro de Imóveis das Comarcas de São José do Rio Claro/MT e de Lucas do Rio Verde/MT, bem como junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da sede ou domicílio das respectivas partes do Contrato de Alienação Fiduciária;"* (iii) uma vez aprovado o item (i) acima, aprovar a assinatura pela Emissora do novo Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido nas CPR-Fs) ou aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, para constituir alienação fiduciária sobre o Novo Imóvel em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), inclusive sob condição suspensiva; (iv) uma vez aprovado o item (iii) acima, aprovar a assinatura pela Emissora e pelo Agente Fiduciário de aditamento ao Termo de Securitização para fins de incluir fator de risco em razão de o Novo Imóvel conter, nesta data, ônus de Hipoteca (R.12/9.137) de 1º grau, no âmbito do cumprimento das obrigações de Cédula de Crédito Bancário nº 40/00986-6 assinada entre o Devedor e o Banco do Brasil S.A. por, no valor de R$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais), ônus este que está em vias de desconstituição conforme Carta de Baixa assinada nesse sentido pelo Banco do Brasil S.A. em 31 de maio de 2023, (v) caso aprovado os itens acima, autorização para que, após a devida constituição da Nova Alienação Fiduciária em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definida no Contrato de Alienação Fiduciária) e conclusão das demais Condições para Desembolso I, haja, na forma prevista nos Documentos da Oferta, a liberação do remanescente do Preço de Aquisição (conforme definido nas CPR-Fs) ao Devedor observando a proporcionalidade entre (i) a soma do valor de liquidação forçada do Novo Imóvel e dos demais imóveis objeto do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido nas CPR-Fs) e (ii) 120% (cento e vinte por cento) do Preço de Aquisição (deduzidos deste as eventuais despesas incorridas para a realização da AEI aqui convocada e demais despesas e valores indicados na Cláusula 3.1 desta CPR-Fs); (vi) caso aprovado os itens acima, autorizar a realização de amortização extraordinária dos CRA no montante total de até R$ 2.422.765,58 (dois milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), em até 60 (sessenta) dias da data de realização da AEI aqui convocada, mediante a utilização do saldo remanescente do Preço de Aquisição (conforme definido nas CPR-Fs) ("Amortização Extraordinária Compulsória"). A referida Amortização Extraordinária Compulsória será calculada por meio da amortização do saldo do Valor Nominal Unitário (Atualizado, conforme o caso) dos CRA, acrescido da Remuneração (conforme definido no Termo de Securitização) incorrida, sem que seja, contudo, devido qualquer prêmio adicional para tanto, inclusive aquele previsto no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no Termo de Securitização); (vii) a concessão de um novo *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária referente ao registro das Notas de Cessão n.01 e n.02 pelo Devedor e pela Emissora em cartório de Registro de Títulos e Documentos de Lucas do Rio Verde/MT, sendo que os referidos registros passarão a não ser mais necessários, para todos os fins e efeitos, desde que (a) haja a celebração do aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária indicado no item viii abaixo; e (b) consequente registro do referido aditamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos na sede ou domicílio das partes, nos termos previstos no referido Contrato de Cessão Fiduciária; (viii) autorizar a celebração de aditamento ao *Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*, celebrado em 03 de junho de 2022, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Cessão Fiduciária"), para (i) alterar o operacional de formalização da cessão e transferência fiduciária de novos Direitos Creditórios (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), de modo que não haverá mais a celebração de Notas de Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), mas sim de eventuais aditamentos ao Contrato de Cessão Fiduciária com o fim de alterar o respectivo Anexo III, no qual estarão relacionados todos os Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente à Emissora; e (ii) consolidar no Anexo III ao Contrato de Cessão Fiduciária a relação vigente de Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente à Emissora; (ix) a concessão de um novo *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária referente ao envio da procuração assinada constante do Anexo IV ao Contrato de Cessão Fiduciária, afastando assim o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 7.2 (i) da CPR-F e o Evento de Resgate Antecipado Obrigatório previsto na Cláusula 7.3. do Termo de Securitização, com prazo adicional para entrega até 21 de setembro de 2023; (x) ratificar os desembolsos de Preço de Aquisição (conforme definido nas CPR-Fs) em favor do Devedor realizados até a presenta data, nas seguintes datas e proporções, conforme autorizado na Cláusula 3.3.1 das CPR-Fs:

Data-Liberação	Matricula	Área	Valor de Mercado	Venda Forçada	Valor de Aquisição
27/10/2023	38.564	57,9	8.343.620,90	5.840.534,63	4.729.692,35
27/10/2023	38.565	134,51	19.383.355,36	13.568.348,00	10.987.711,88
22/11/2023	37.068	171,61	25.642.000,00	17.949.400,00	14.535.508,35
06/10/2023	12.261	10,4	6.616.000,00	4.632.000,00	3.751.015,34
	32.727	192,92	28.218.000,00	19.753.000,00	15.996.072,09
	Total	574,34		61.743.282,63	50.000.000,00
				123,48656526%	

(xi) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização) que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para os e-mails agentefiduciario@vortx.com.br e contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI – CRA Vendruscolo", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5. do Termo, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (http://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 11 de julho de 2023. **Amanda Regina Martins** - Diretora de Securitização e de Distribuição

INVERNO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 31º 18º 5% 06:35 17:21

MPRJ

Dono de clínica é preso na Baixada por maus-tratos a idosos

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Nova Iguaçu do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), na Baixada Fluminense, cumpriu, na manhã desta segunda-feira, 96 mandados de remoção dos internados/ acolhidos do Centro de Tratamento Ribeiro, localizado na cidade. O MPRJ interditou a clínica de idosos e de reabilitação e prendeu em flagrante, por maus-tratos e cárcere privado, Edmilson Messias Ribeiro Júnior, dono do centro. Ele foi levado para a 52ª DP, em Nova Iguaçu.

De acordo com o MPRJ, os internados e acolhidos no local foram encaminhados para um espaço indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu, "onde receberão o devido direcionamento".

O Ministério Público informou ainda que, mesmo com uma ordem de fechamento em aberto, há anos, a instituição se esquivava da Justiça e mudava de nome para permanecer aberta. "Em julho de 2014, o MPRJ requereu o encerramento das atividades da clínica, por meio de ação civil pública ajuizada em face da Igreja Evangélica Ministério Cristo a Meta."

Em maio de 2018, a sentença foi proferida julgando procedentes os pedidos do MPRJ para condenar a instituição ré. "No intuito de escamotear o seu funcionamento irregular, a clínica modificou o nome de sua comunidade terapêutica, passando a atender pelo nome Clínica de Reabilitação Caetana Greco Eireli, no mesmo endereço antes informado."

A sentença foi mantida após recurso interposto pela instituição ré e o MPRJ ter apresentado suas contrarrazões. Como o Tribunal de Justiça não recebeu o recurso da instituição ré, porque era intempestivo, a sentença permaneceu.

"Houve trânsito em julgado, e o processo estava na fase de cumprimento de sentença (execução). Em maio de 2021, o MP informou que a instituição ré, com o intuito de escamotear o seu funcionamento irregular, tinha modificado o nome da 'Comunidade Terapêutica'. Na oportunidade, o Ministério Público reiterou pedidos ao Juízo no sentido de intimar a instituição executada para cumprir as determinações constantes na sentença", relatou o MPRJ.

Na época, a 5ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu deferiu os pedidos do Ministério Público, mas só ordenou a expedição de mandado de intimação para que a clínica cumprisse as determinações incluídas na sentença, sob pena de multa diária. O oficial de Justiça chegou a ir à instituição ré e não encontrou seu representante legal, por isso, firmou uma certidão negativa.

Em 17 de maio do ano passado, duas pessoas morreram em um incêndio no centro, que, na ocasião, era chamado de Clínica de Reabilitação Caetana Greco.

"Recentemente, descobriu-se que a instituição passou a se chamar Centro de Tratamento Ribeiro, estabelecendo nova sede na Avenida Grão Pará, área de risco. No novo local, foram cumpridos os mandados e verificada a situação de flagrância de maus-tratos e cárcere privado", completou o MPRJ.

GRÉCIA

Guarda Costeira é acusada por naufrágio que matou 82

Uma investigação independente divulgada ontem apontou que o naufrágio da embarcação lotada de migrantes na Grécia pode ter sido provocado por uma operação malsucedida da Guarda Costeira para rebocar o barco. O incidente, o mais mortal do tipo no país europeu desde 2016, causou a morte de pelo menos 82 pessoas e deixou centenas de desaparecidas no mar Mediterrâneo.

A investigação foi conduzida pelo jornal britânico The Guardian, a emissora pública alemã ARD/NDR/Funk e a agência investigativa grega Solomon. Os veículos realizaram mais de 20 entrevistas com sobreviventes e examinaram documentos do governo para apurar as causas do incidente.

O barco com migrantes afundou em junho perto da península de Peloponeso, na Grécia. As autoridades resgataram 104 pessoas e retiraram 82 corpos do mar. Segundo organizações que atuam em defesa dos migrantes, a embarcação transportava cerca de 750 pessoas -centenas continuam desaparecidas.

Vários sobreviventes acusaram a Guarda Costeira grega de provocar o naufrágio ao tentar rebocar a embarcação -a instituição nega que seus agentes tenham se envolvido no incidente. Para apurar as versões, os investigadores mapearam os momentos que precederam o naufrágio com dados do tráfego marítimo, rotas de voos, imagens de satélite, além dos depoimentos de autoridades e migrantes.

Segundo a Guarda Costeira da Grécia, a embarcação navegava em direção à Itália e foi avistada em águas internacionais por uma aeronave da Frontex, a agência de fronteiras da União Europeia. Na ocasião, o barco estaria a 80 quilômetros da cidade grega de Pylos, e as pessoas a bordo teriam recusado assistência. Algumas horas depois, a embarcação afundou.

Mas os últimos movimentos do barco superlotado contradizem as autoridades gregas e revelam inconsistências no relato oficial dos acontecimentos. Em um primeiro momento, a Guarda Costeira teria manifestado relutância em socorrer a embarcação. A instituição teria negado três vezes os pedidos de assistência feitos pela agência Frontex. Além disso, havia um navio de resgate atracado em um porto próximo do local do acidente, mas que sequer foi enviado para auxiliar os migrantes.

O barco que transportava centenas de pessoas teria começado a navegar para o oeste ao avistar o único navio da Guarda Costeira grega enviado ao local. Segundo testemunhos de sobreviventes, agentes da instituição teriam dito que os levariam à Itália -colidindo com a versão oficial de que a embarcação navegava em direção ao país europeu por conta própria.

A investigação também mostrou que o barco ficou parado por ao menos uma hora até que, segundo os sobreviventes, ocorreu a tentativa de reboque. "Sinto que eles tentaram nos empurrar para fora das águas gregas para que sua responsabilidade terminasse", disse um sobrevivente, segundo o Guardian.

Duas tentativas de reboque teriam sido feitas. Na segunda, a embarcação virou, segundo testemunhas, que relatam ainda que tiveram os seus celulares confiscados pelas autoridades gregas.

A versão oficial também tem sido contestada por familiares das vítimas. Tarek Aldroobi, que tinha três parentes a bordo, disse à CNN internacional que testemunhas viram as autoridades rebocando o navio com cordas. "O barco estava em boas condições, e a Marinha grega tentou rebocá-lo para a praia, mas as cordas estavam amarradas nos lugares errados", disse. "Quando a Marinha tentou puxá-los, o barco virou."

Ilias Siakanderis, porta-voz do governo, reiterou à emissora grega ERT que a Guarda Costeira avistou a embarcação duas horas antes do naufrágio e que os agentes deixaram o local após a ajuda ter sido recusada. "Quando o barco virou, não estávamos nem perto. Como poderíamos rebocá-lo?", disse Nikos Alexiou, porta-voz da Guarda Costeira.

A Grécia é acusada com frequência de rejeitar a presença de barcos com migrantes. Em maio, vídeos que vieram à tona mostraram autoridades gregas deixando 12 migrantes africanos, entre os quais crianças, em um bote salva-vidas em alto mar, configurando uma deportação extrajudicial que viola leis internacionais e regras da União Europeia, bloco ao qual o país pertence.

Segundo a Frontex, o número de entradas irregulares em países-membros da UE em 2022 aumentou 64% em relação ao ano anterior e chegou ao nível mais alto desde 2016, quando a cifra foi pouco superior a 500 mil. De acordo com o órgão, no ano passado foram registradas 330 mil entradas em condições ilegais. Cerca de 10% dessas migrações foram realizadas por mulheres, e 9%, por menores.

O naufrágio do barco com migrantes em junho foi o incidente mais grave registrado pela Grécia desde junho de 2016, quando 320 pessoas morreram ou foram consideradas desaparecidas após um barco afundar na costa da ilha de Creta.

MILICIANOS

Garoto morre baleado em aniversário no RJ

Um adolescente de 12 anos morreu após ser baleado em uma festa de aniversário no sábado passado, em Nova Iguaçu, cidade do Rio de Janeiro localizada na Baixada Fluminense. A polícia apura se o jovem foi atingido durante uma disputa entre milicianos.

O projeto social do qual a vítima, Yan Gabriel Marques, participava decretou luto ontem.

A polícia informou que apura se criminosos ligados a Gilson Ingrácio de Souza Junior, o Juninho Varão, teriam trocado tiros com traficantes ligados a Luís Antônio da Silva Braga, o Zinho. Há a suspeita de que o pai do aniversariante teria participado do tiroteio.

Júnior tem passagens na polícia por homicídio, tortura e organização criminosa. Ele teria, segundo denúncias da Promotoria, domínio das ações de milícia, como extorsão a comerciantes e monopólio da venda de gás, em bairros como Cabuçu, Palhada, Valverde e Grão Pará, em Nova Iguaçu.

Já Braga ascendeu à chefia da maior milícia do Rio, segundo a polícia, após a morte do irmão, em junho de 2021. Ambos são foragidos e não apresentaram advogado.

O caso é investigado pela Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense. Em nota, a Polícia Civil informou que instaurou um inquérito para investigar o caso. "Diligências estão em andamento para apurar a autoria e a motivação do crime", declarou.

Também no sábado, duas pessoas morreram e uma ficou ferida, depois que suspeitos teriam atirado de um carro contra um pessoas que estavam em um bar na Travessa Barbosa, no bairro Austin.

Segundo os bombeiros, Fábio da Silva Assumpção, 58, morreu no local. Alessandro Barata foi socorrido e, no hospital, passou por uma cirurgia, mas não resistiu. Sua filha, que não teve o nome e a idade divulgados, foi baleada na perna esquerda e seu quadro de saúde é estável.

ESPANHA

Feijóo, líder nas pesquisas, promete 'revogaço' das políticas de Sánchez

A antecipação das eleições do final do ano para o dia 23 de julho, convocadas pelo premiê Pedro Sánchez na Espanha após seu partido, o PSOE, ser derrotado em grande parte das regiões do país em maio, vem causando inúmeros desdobramentos. Um deles é que a Espanha nunca em sua história recente teve um pleito durante o verão.

Mas, para além do fator curioso, um efeito não previsto do movimento de Sánchez é a ascensão da figura de Alberto Núñez Feijóo, presidente do Partido Popular (PP), de direita, como um dos nomes mais viáveis para primeiro-ministro do país europeu.

Pelas pesquisas, Feijóo tem grandes chances de ser o destino da Espanha nos próximos anos. Pelo sistema parlamentarista, espanhóis não votam em candidatos, mas em partidos que, por sua vez, indicam os deputados. A sigla ou a coalizão que conquistar a maioria de 176 cadeiras do Parlamento estará apta a indicar o nome do premiê.

Segundo levantamento diário realizado pelo instituto Sigma para o jornal El Mundo, o PP está na faixa dos 34% desde o início de junho, enquanto o PSOE ronda os 28%.

Para "salvar a Espanha do sanchismo", conforme Feijóo tem declarado em sua campanha, ele atua em três eixos básicos de promessas, diz Juan Fernández-Miranda, diretor-adjunto do jornal conservador ABC.

"Em primeiro lugar, há a pauta propositiva, na qual ele visualiza uma grande reforma fiscal. Para isso, no entanto, ele está dizendo que vai baixar os impostos, o que é claramente uma promessa eleitoreira."

Feijóo também busca diminuir o déficit de 4,8% do PIB em 2022 e uma dívida pública superior a € 1,5 trilhão (R$ 8 trilhões), número que equivale a 113% do PIB espanhol do ano passado. "Vamos gerir o orçamento melhor que os socialistas" é outro de seus motes.

O político também indicou que deverá diminuir o número de ministérios, mas não detalhou ainda cortes substanciais em nenhuma área.

"Em segundo lugar, ele propõe revogar algumas das mudanças realizadas por Sánchez. Por exemplo, a promessa de voltar a tipificar como crime no Código Penal os referendos ilegais —como os feitos por movimentos independentistas em seus territórios", segue Miranda.

Outra frente é reformar atos de Sánchez como a regulamentação da eutanásia. Feijóo ironizou a lei que permite o suicídio assistido de pessoas em situação terminal. Chegou a dizer que "havia tentado se suicidar 12 vezes nos últimos meses por culpa da lei", pois não a havia entendido e havia pensado que a eutanásia agora era obrigatória.

A pedra no sapato de Feijóo é que os 34% que o PP alcança nas pesquisas não lhe garantem a maioria absoluta das cadeiras do Parlamento —a porcentagem lhe daria 119 deputados, longe dos 176 necessários. Mesmo se o partido fizer coalizão com o Vox, de ultradireita —o que Feijóo não gostaria—, o número de cadeiras aumentaria para 164 ou 165. O Vox tem aparecido com 13% nas pesquisas. Regionalmente, porém, o PP se uniu ao Vox para governar em dez grandes cidades espanholas.

GUERRA SUJA

Putin recebeu líder mercenário 5 dias depois do motim na Rússia

No mais novo capítulo da cada vez mais rocambolesca história do motim mercenário ocorrido na Rússia no fim de junho, o Kremlin confirmou ontem que o presidente Vladimir Putin encontrou-se com o líder do movimento e seus principais comandantes cinco dias após a crise.

"A única coisa que eu posso dizer é que o presidente fez sua avaliação das ações da companhia (o grupo mercenário Wagner) durante a operação militar especial (a Guerra da Ucrânia), e também fez sua avaliação dos eventos no dia 24 de junho (o motim)", afirmou o porta-voz Dmitri Peskov.

O encontro foi relatado inicialmente pelo jornal francês Libération, segundo o qual Putin encontrou-se com Ievguêni Prigojin tendo ao seu lado dois expoentes do grupo dos "siloviki", os "durões" egressos dos serviços secretos soviético e russo, Viktor Zolotov (Guarda Nacional) e Serguei Narichkin (Serviço de Inteligência Estrangeira).

Os principais adversários de Prigojin e alvos declarados de seu motim, o ministro da Defesa, Serguei Choigu, e o seu número 2, Valeri Gerasimov, não estiveram no encontro, que contou com os comandantes de unidades do Wagner. Ao todo, havia 35 pessoas presentes em 29 de junho, presumivelmente em alguma das residências do presidente.

É mais uma reviravolta. No sábado (24 de junho), quando tropas do Wagner controlavam Rostov-do-Don e marchavam para Moscou, Putin foi à TV comparando a crise com os eventos que levaram ao golpe bolchevique durante a Revolução Russa de 1917, apontando ambições desmedidas, traições e prometendo duras punições.

Logo depois, no mesmo dia, fez um acordo mediado pelo ditador amigo Aleksandr Lukachenko (Belarus), segundo o qual Prigojin e quem mais do Wagner quisesse seriam anistiados e iriam para o país vizinho. Na segunda-feira passada, ele surgiu triunfante entre forças regulares e Choigu, agradecendo por terem evitado derramamento de sangue. Disse que os revoltosos poderiam ir a Belarus, assinar contratos com o Exército ou deitar armas.

Nota

MOSTRA NO JARDIM BOTÂNICO DO RIO REÚNE LIVROS E DOCUMENTOS RAROS

Para marcar os 133 anos da Biblioteca Barbosa Rodrigues, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) promove, até a próxima sexta-feira, a mostra Recortes de Memória, com vários itens jamais apresentados ao público. A obra mais antiga do acervo, datada de 1565, Commentarii in Sex Libros Pedacci Dioscordis Anazarbei De Medica Materia, de Pietro Andrea Mattioli, sobre botânica médica, faz parte da mostra. De acordo com a biblioteca, o livro traz ilustrações e descrições de plantas, animais e minerais que eram utilizados para fins terapêuticos no século 16. Além da biblioteca do Jardim Botânico, apenas a Biblioteca Nacional possui a obra em seu acervo. A exposição apresenta também a obra Hesperides Siue De Malorum Aureorum Cultura et Usu Libri Quatuor, edição de 1646, de Giovanni Battista Ferrari, sobre ilustração botânica, em especial frutas cítricas.

S/A RÁDIO TUPI
CNPJ Nº 33.267.741/0001-92 - NIRE: 33 3 0013108-6
Rua Santa Luzia, 651, 30º andar, Centro - Rio de Janeiro
Convocação - Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária
A Diretoria da S/A Rádio Tupi, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, nos termos do artigo 13, convoca os Senhores Acionistas para as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a realizarem-se no **dia 31 de julho de 2023, às 11:00 horas**, na sede social da empresa, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **I - Extraordinária: a)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021; **b)** destinação dos resultados dos exercícios findos; **II - Ordinária: a)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **b)** destinação do resultado do exercício findo; **c)** eleição da Diretoria para o biênio 2024/2026 e fixação dos seus honorários; **d)** instalação do Conselho Fiscal, com eleição dos membros titulares e suplentes e fixação dos seus honorários; e, **e)** assuntos gerais. Rio de Janeiro - RJ, 11 de julho de 2023. **Josemar Gimenez de Resende** - Diretor-Presidente e **Joaquim Tarcísio de Paula Freitas** - Diretor Vice-Presidente Institucional.